

REQUERIMENTO

Assunto: Lagoa Artificial do Faial sem funcionar

Considerando que o fornecimento de água em quantidade e qualidade é cada vez mais uma condição essencial para que as explorações agrícolas cumpram os mais elementares requisitos de higiene, de sanidade animal, de saúde pública e garantam os parâmetros de qualidade exigidos pelas normas comunitárias.

Considerando que para resolver o problema do abastecimento de água à lavoura da zona sul do Faial, o Governo Regional dos Açores, através do IROA, decidiu, em 1997, construir uma Lagoa Artificial na Estrada da Falca, Serra da Feteira.

Considerando que o local escolhido para essa construção gerou grande polémica por coincidir com uma falha sísmica activa e, por isso mesmo, poder constituir um risco acrescido para as populações, conforme foi, na altura, apontado num relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Considerando que a escarpa da falha sísmica da Cruz do Bravo, onde se situa a Lagoa, tem evidência superficial e está, pelo menos desde 1989, assinalada nas cartas geológicas da ilha do Faial.

Considerando que quando o Governo Regional arrancou com aquela obra, a 11 de Setembro de 1998, três meses depois do sismo de Julho, dizendo que “desconhecia a existência da falha sísmica naquele local”, isso só prova que não foram efectuados os levantamentos geológico e geotécnico que este tipo de obras deve ter quando são devidamente planeadas e nem sequer foram tidas em conta as cartas geológicas já existentes na altura e que assinalavam aquela falha.

Considerando que, face aos perigos apontados, o Governo Regional assegurou que havia mandado realizar uma rotação na implantação da Lagoa e que isso “minimiza os riscos”, tornando a “obra segura”.

Considerando que, nessa base, a obra avançou e a segunda empreitada foi dada por concluída no decurso do 1.º trimestre de 2002.

Considerando que desde essa altura se aguardava o início do funcionamento daquela Lagoa, o que não aconteceu até à data.

Considerando que a informação que corre é a de que nunca foi aberto o concurso que falta e que contempla a distribuição da água de forma a conduzi-la da Lagoa aos locais de fornecimento aos lavradores.

Considerando que a ser verdadeira tal informação, não se compreende por que razão tal concurso não avançou ainda, dois anos depois, a não ser que possa haver fundamento nas informações que ligam esse atraso aos riscos geológicos e a eventuais queixas apresentadas junto de instâncias comunitárias.

Considerando que os custos de transporte de água para as explorações agrícolas, na ilha do Faial, são particularmente significativos devido ao estado lastimoso da maioria das estradas e dos caminhos agrícolas e às grandes distâncias que os agricultores têm de percorrer.

Considerando as dificuldades acrescidas dos agricultores faialenses no Verão, em que a escassez de água obriga-os a percorrer diariamente muitos quilómetros.

Considerando que a resolução deste problema é ansiado pelos agricultores do Faial e, à semelhança da maioria das obras prometidas pelo Governo Regional para esta ilha, continua adiada e por cumprir.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicito ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Que razões explicam que a Lagoa Artificial do Faial ainda não esteja a funcionar?
2. Se é devido a um concurso porque ainda não foi o mesmo aberto em dois anos?
3. Confirma ou não o Governo Regional que os atrasos têm a ver com os riscos geológicos ou com eventuais queixas apresentadas à comunidade europeia?
4. Qual o custo total das obras efectuadas até ao momento?
5. Quando estará a Lagoa Artificial efectivamente a funcionar?

Horta, 13 de Janeiro de 2004

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional